

SAWIT HOFSCHULTE
a Postal, 255



Bluménau

em Cadernos

Tomo VIII

Nº. 9/10

Emprêsa Industrial Garcia S/A

BLUMENAU — Santa Catarina

ESCRITÓRIO E FÁBRICA: RUA AMAZONAS, 4906

GARCIA

Enderêço Telegráfico: «GARCIA» — Caixa Postal N° 22

Fiação e Tecelagem de Algodão

FIOS DE ALGODÃO DE SUPERIOR QUALIDADE
TOALHAS FELPUDAS DE ROSTO E DE BANHO
TOALHAS DE MESA — PANOS DE COPA — LEN-
ÇOS — ROUPÕES, ETC. — ATOALHADOS - CRE-
TONES E OUTROS TECIDOS

BLUMENAU

em CADERNOS

TOMO VIII ★ — JULHO 1967 — ★ N.º 9/10

ITAJAÍ

A FUNDAÇÃO E O FUNDADOR

J. FERREIRA DA SILVA

I

Ver-se-á, do desenvolvimento dêste trabalho, que temos por afastada a hipótese, esposada por Marcos Konder em «A Pequena Pátria», da fundação de Itajaí por Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond.

Realmente, essa versão é, por inteiro, destituída de apoio na verdade histórica. Em face de documentos entregues, ultimamente, à publicação, sabe-se que as terras que Drumond deveria colonizar não eram as da foz do Itajaí-Açu, onde assenta a sede do município, mas ficavam às margens do seu afluente, o Itajaí-Mirim, cêrca de dezoito quilômetros acima da barra dêste no primeiro dos rios citados.

Errônea interpretação das afirmativas de Drumond, nas “Anotações” à sua biografia, 1) deu origem a essa versão.

Sempre que se refere à estada em Santa Catarina e à missão de que para ali fôra incumbido, por aviso ministerial de 5 de fevereiro de 1820, Drumond, nos seus reparos, não distingue os dois rios. Fala, simplesmente, no rio Itajaí, 2) sem acrescentar-lhe determinativo, o Açu ou o Mirim. Daí, possivelmente, a confusão que nasceu com o desejo de encontrar um fundador ilustre para a sua cidade, o que levou pesquisadores apressados a afirmativas de modo algum amparadas na realidade.

Aliás, é o próprio Aviso que determinou a segunda vinda de Drumond a Santa Catarina, que contradiz, de forma clara, a inconsistente opinião dêstes pesquisadores.

O despacho ministerial diz o seguinte:

“El-rei Nosso Senhor é servido que Vmcê. vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador da capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor, junto ao rio Itajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento, segundo a direção que lhe há de dar o mesmo governador, na forma das instruções que serão

a êste dadas por esta Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmcê. Paço, em 5 de janeiro de 1820. Tomás Antônio da Vila-nova Portugal. — Sr. Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond."

Aí está dito, com merediana clareza, que a colonização, a ser em-preendida por Drumond, em Santa Catarina, deveria estender-se pelas ter-ras de El-rei, às margens do ITAJAÍ-MIRIM.

Hoje, nós sabemos, perfeitamente, onde se localizavam essas ter-ras de El-rei. Um mapa, existente no arquivo do Departamento de Geogra-fia e Cartografia de Estado 3), não deixa dúvidas a respeito. Eram as ses-marias que, em 1799 e 1800, haviam sido concedidas ao Tenente Coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo, comandante da fortaleza dos Ratoes e à dona Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues, respetivamente, às margens do rio Itajaí-Mirim, uma delas a doze quilômetros, mais ou menos, acima da confluência dêsse rio no Açu, e a outra, uma légua mais para diante.

Corroborando êsses dados, hà, ainda, officios trocados entre o go-vernador da Capitania, Tovar e Albuquerque, e o ministro Tomaz Antônio, em que aquêle comunica a êste o envio de tábuas serradas nas sesmarias de El-rei, no Itajaí-Mirim, destinadas ao museu da Côrte.

Ora, recebendo ordens para fundar uma colônia em terras bem determinadas, medidas e demarcadas às margens do ITAJAÍ-MIRIM, é ab-surdo admitir-se que Drumond, desobedecendo a essas ordens, tivesse se es-tabelecido á foz do ITAJAÍ-AÇU, onde se situa a cidade de Itajaí e onde, como veremos, os terrenos já eram do domínio de particulares que alí se mantinham com morada e culturas.

Aliás, é de todo provável, e lógicamente admissível, que tivesse sido o próprio Drumond quem sugerisse o aproveitamento das duas sesmarias citadas para o seu estabelecimento, interferindo junto aos proprietários para que as cedessem a El-rei.

Por tudo isso, que comprova, à saciedade, nada ter Drumond a ver com a fundação da cidade de Itajaí, é que julgamos necessário o exposto linhas acima, justificativas da razão por que, no decorrer dêste trabalho, não nos referiremos sequer a Drumond e aos seus trabalhos no Itajaí, os quais se realizaram em local muito distante dos terrenos onde, depois, nasceu a cidade, objeto dêste estudo.

1) — Em 1836, "Biographie Universelle et Portative des Contemporaines", de Paris, publicou uma ligeira biografia de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond que, como se sabe, acompanhou José Bonifácio nas lutas pela independência do Brasil e no seu exílio na França e que occupou posteriormente, altos postos na representação diplomática do nosso país no estrangeiro. Havia, entretanto, nessa bio grafia, tais excessos e lacunas, que Drummond, em 1861, quando ministro brasileiro em Lisboa, escreveu uma série de anotações que, endereçadas a Melo Moraes, foram publicadas no volume XIII dos "Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro".

2) — Aliás, parece que Drumond é um dos responsáveis, senão o principal respon-sável, pela deturpação da grafia do nome do maior rio do litoral catarinense e dos seus mais importantes afluentes. Até a época de Drummond (1820), êsses rios eram conhecidos por TAJAHI-AÇU, TAJAHI-MIRIM etc. e eram, assim, acertadamente grafados. A palavra deriva-se de TAYÁ-Y, ou Rio dos Taiás, a conhecida aroídea. Drummond, na sua correspondência e mesmo nas "Anotações", acrescentou o "i" inicial, acreditando, talvez, que TAJAI não pas-sasse de uma corruptela, natural no liguarjar caboclo, de ITA-Y, ou "Rio das

Pedras». Ao leitor interessado em conhecer, com outros pormenores, a origem do nome "ITAJAÍ", aconselhamos ler o trabalho do dr. J. Padberg Drenkpohl, diretor da seção de Etnografia do Museu Nacional, publicada na Revista de Filologia e História». Veja-se, também, a definição de Von Martius, que concorda com a de Drenkpohl: «flumen herbae Tayá».

- 3) — No magnífico trabalho do mestre Oswaldo Rodrigues Cabral, «BRUSQUE», valiosa contribuição às comemorações do centenário de fundação da colônia Itajaí, foi publicada a fotografia, que também ilustra estas páginas, do original do mapa citado. Ao dr. Cabral se deve a descoberta desse importante documento.

II

No local em que se ergue a atual sede do município de Rio do Sul, no centro geográfico de Santa Catarina, encontram-se dois grandes cursos d'água, o Itajaí do Sul, que desce dos contrafortes da serra do Espigão, e o Itajaí do Oeste, cujas nascentes se acham na Serra Geral. Formam esses dois rios o Itajaí-Açu, o maior do litoral catarinense e o único, nos três Estados meridionais, que, tendo suas origens além da Serra do Mar, corre para leste, em direção ao Atlântico, numa extensão de 196 quilômetros.

Para o Itajaí-Açu, descem as águas de milhares de rios, ribeirões e córregos, alguns de grande extensão e volume, como o Trombudo, o Hercílio, o Benedito, o Luís Alves, o Itajaí-Mirim e os dois grandes braços, seus formadores, que banham um território de mais de vinte mil quilômetros quadrados de superfície, constituindo a zona mais rica e próspera de Sta. Catarina, a Bacia do Itajaí.

Essa região está repartida, administrativa e judiciariamente, em nada menos que 42 municípios e 10 comarcas, e o volume de sua produção agrícola e industrial alcança cifras enormes, que influem, decisivamente, na economia do Estado e, mesmo, na do país.

Por toda a extensão da bacia do Itajaí, estendeu-se a colonização estrangeira.

O govêrno provincial, por primeiro, e depois, companhias e particulares, empreenderam a divisão do território em pequenos lotes, povoando-os com colonos trazidos das mais variadas procedências, predominando, entretanto, os alemães e italianos.

Cidades importantes como: Blumenau, centro fabril dos mais expressivos do Brasil; Itajaí, hoje o maior pôrto catarinense; Brusque, célebre já pelos seus tecidos de algodão; Rio do Sul, a capital da indústria madeireira do Estado; e outras menores, mas que igualmente concorrem com enorme contingente agrícola e industrial para a riqueza comum, espalham-se por uma região abençoada pela exuberante fertilidade das suas terras de cultura, de clima ameno e saudável, e onde uma civilização peculiar criou condições de vida própria e feliz.

Entretanto, as terras da bacia do Itajaí, na sua parte litorânea, e até na orla marítima, foram as últimas a serem procuradas pelos povoadores da costa catarinense.

A sua considerável distância dos dois centros mais populosos de então, Destêrro e São Francisco, onde se encontravam as autoridades e os meios de proteção contra os perigos que ameaçavam os civilizados nas tenta-

tivas de incursões para pouco além das praias, de cujas proximidades raramente se afastavam, demorou, sobremodo, o aproveitamento de território tão vasto e tão rico.

Datam dos fins da era de 1700 as informações mais seguras de ocupação efetiva e aproveitamento racional das terras da Bacia do Itajaí, como veremos mais adiante.

E somente nas décadas iniciais de 1800 é que essa exploração se foi intensificando, não apenas com colonos vindos de outras partes da capitania, os açoritas que colonizaram a ilha de Sta. Catarina e o continente fronteiro no século XVIII, como elementos alienígenas, fundadores da colônia S. Pedro de Alcântara (1829); isso, sem talar nos elementos que, alcançando a Serra Geral pela estrada de Lages, lançaram, nas cabeceiras do Itajaí do Sul, em 1853, os fundamentos da colônia militar de Sta. Teresa, hoje no município de Alfredo Wagner.

Era, entretanto, um povoamento sem método, sem orientação definida, nem planos pré-estabelecidos, deixado, à livre escolha do sesmeiro ou do colono, o local a que melhor se adaptasse, dentro da própria capacidade de trabalho e dos meios de fortuna com que contasse.

Não houve nenhuma tentativa de colonização organizada antes da vinda de Alves Ramos.

O mesmo estabelecimento que Vasconcelos Drumond deveria começar, nas margens do Itajaí-Mirim, não foi além de uma dorrubada e de serração de algumas dúzias de tábuas. Nada de duradouro se fêz. Bastou, entretanto, que um espírito entusiasta, ativo, trabalhador e honesto, embora sem prática sem a perfeita orientação, estudada e controlada, dos processos racionais de colonização, sem meios adequados e verbas suficientes, chamasse a atenção da província para as riquezas que dormiam, inaproveitadas, às margens do maior rio litorâneo e seus inúmeros afluentes, para que convergissem para a vasta bacia do Itajaí forças capazes de sacudi-la da secular quietude. Vieram colonos, vieram especuladores, vieram ambiciosos e vieram também os colonizadores abnegados que realizaram obra de incalculável valor para a definitiva conquista de zona tão promissora para a civilização, transformando a numa ponderável fonte de riquezas para a pátria comum.

Houve vitórias e houve fracassos. Houve ambições incofessáveis e houve renúncias heróicas. Houve bons e houve maus entre os homens que lutaram pelo ideal comum. Houve fé e desespêro; entusiasmo e descrenças; patriotismo e felonias; lealdade e traições. Mas tudo isso resultou numa realidade de tal forma magnífica, que tudo quanto de mal houve nas suas origens desaparece ante a visão esplêndida do presente.

Não basta olhar Itajaí — transformada da capelinha inicial, rodeada de meia dúzia de tôscas construções, no maior pôrto catarinense, com sua matriz suntuosa, um centro urbano fervilhante, os grandes transatlânticos atracados aos seus cais modernos, carregando e descarregando fortunas em madeiras, artefatos e gêneros de comércio;

Não basta ver Blumenau, com as suas muitas centenas de fábricas trabalhando noite e dia, as suas construções originais, que lhe valeram o título de «cidade-palácio», as suas colônias onde todos produzem e vivem alegres;

Não basta olhar Brusque, risonha rainha do pequeno Itajaí, onde nasceu, na terra barriga-verde, a indústria da fiiação, mandando, para todos os recantos do país, tecidos que só ali sabem fazer;

Não basta observar Rio do Sul, onde os dois extensos braços, formadores do Itajaí Açu, despejam neste as águas que atravessam centenas de quilômetros de terras cobertas das mais variadas culturas, banhando novos centros de população, que iniciam já a sua ascensão gloriosa para o porvir opulento;

Não basta olhar Indaial, na confluência do Benedito, rica e próspera;

Não basta ver Timbó, Rodeio, Gaspar e tôdas as outras cidades, vilas e povoados que pontilham o mapa da região abençoada, para se ter a idéia exata da grandeza que representa o conjunto da bacia do Itajaí!

Sim, porque mais do que a riqueza originada nas fábricas, que alcançam somas imensas mais que os frutos que o braço do colono arranca da terra, às toneladas, para o próprio sustento e o de grande parte da Nação; mais do que o volume de riquezas que dali é carregado para o erário público, numa voluntária e admirável cooperação com as demais regiões do país; o bem-estar e a felicidade, em que vive o homem que ali trabalha, dizem bem melhor que tudo mais, o que é e o quanto vale o território abençoado, por onde se escoam as águas que o grande Itajaí leva para o oceano, uma terra de paz, de trabalho, de fé inabalável na grandeza e na glória do Brasil!

III

A primeira notícia que se tem de concessões de terras na bacia do Itajaí, é a que se refere a João Dias de Arzão que, por volta de 1658, obteve do primeiro capitão-mór da vila de S. Francisco, uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí, 1)

Em 1715, Manoel Gonçalves de Aguiar, encarregado de percorrer as costas catarinenses e fazer um levantamento dos locais mais aptos para a fundação de povoações, refere-se a êsse Arzão, como já tendo abandonado as suas terras, em virtude da pobreza da região em metais preciosos. 2)

Não se sabe, ao certo, o local em que Arzão se estabelecera. Paulo José Miguel de Brito, o primeiro historiador catarinense, fala, em sua "Memória Política", duma fazenda de lavoura chamada "do Arzão", que ficava diante do fundeadouro do pôrto, que era pequeno e pouco frequentado 3),

O fundeadouro, certamente, não era defronte ao local, ainda hoje conhecido por "Fazenda" e que alguns autores identificam como sendo as terras da sesmaria de Arzão. O rio, nesse local, forma uma enseada baixa, lamacenta, que não dá fundo senão a pequenas canoas na maré alta. O fundeadouro, a que Miguel de Brito se refere, ficava diante da foz do Itajaí Mirim. Aliás, ainda nos tempos mais chegados, era ali, nas imediações da Fábrica de Papel que atracavam os barcos de grande calado; os transatlânticos, como acontecia com os veleiros que traziam emigrantes da Europa para o Vale do Itajaí. 4)

Debalde será, entretanto, perder-se a gente em conjecturas, mais ou menos defensáveis, sobre o local exato em que Arzão se afazendara. Aqui ou ali, o fato é que parece ter sido êle o primeiro civilizado que ocupou terras e construiu moradas à foz do Itajaí.

E' possível que, em 1816, quando Paulo José Miguel de Brito

escreveu a sua «Memória», existisse uma única casa de fazenda à beira do rio, ao tempo de sua estada na província. Possuímos, contudo, documentos muito anteriores, que provam, sem sombra de dúvida, que as terras nas imediações da foz do Itajaí, entre esta e a confluência do Itajaí-Mirim, já estavam ocupadas e cultivadas, muito antes de Miguel de Brito.

Por publicações oficiais, 5) temos conhecimento de concessões de sesmarias às margens do Itajaí às seguintes pessoas, em época bem anterior à publicação da primeira história de Sta. Catarina:

- 1792 — Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho; 6)
Domingos Francisco de Souza;
Francisco José Ferreira da Rocha Gil;
Manoel Francisco da Costa;
Manoel Teixeira de Souza;
- 1793 — Joaquim Manoel da Costa Lobo;
Manoel Fernandes Lessa;
- 1794 — José Corrêa;
Matias Dias de Arzão;
Silvestre Nunes Leal Corrêa; 7)
- 1795 — Manoel da Costa Fraga;
- 1799 — Joaquim Francisco de Sales e Melo; 8)
Manoel José Diniz;
- 1800 — Domingos Luís do Livramento;
- 1802 — Antônio Bernardino da Costa;
- 1803 — Joaquim José Pereira;
- 1811 — Domingos Francisco de Souza Coutinho.

Infelizmente, a situação exata de cada uma dessas sesmarias não pode ser hoje determinada em virtude do laconismo dos atos de concessão que, geralmente, citavam, como limites, os nomes dos sesmeiros confrontantes, sem qualquer referência a acidentes geográficos. Mas, é fora de dúvida que tôdas elas se situavam, ou junto à foz do Itajaí-Açu, como a de Alexandre Coutinho, ou pelo Itajaí-Mirim acima, até o atual Taboleiro.

Pelo auto de medição da sesmaria de Silvestre Nunes Leal Corrêa, que ia até o ribeirão Canhanduva, sabemos que confrontava com terras de José Corrêa de Negreiros, que tinha casa e roças próximas ao atual perímetro urbano de Itajaí.

Alguns dos sesmeiros citados, é certo, nunca habitaram nem cultivaram as terras que lhes foram concedidas. Foram simples aproveitadores que jogavam com a possível valorização futura. Entre eles pode-se relacionar alguns dos que obtiveram terras depois de 1795, como Joaquim de Sales e Melo, Domingos Luís do Livramento e outros, quase todos funcionários públicos, militares ou comerciantes na sede do governo da Capitania.

Todavia, não resta dúvida de que eram muitos os que, efetivamente, exploravam as suas concessões, tendo nelas moradas efetivas e plantações, dedicando-se também ao comércio de madeiras serradas, que eram exportadas pelo pequeno pôrto que Miguel de Brito dizia ser pouco frequentado, «por não haver ali povoação».

Se fôsse nosso intuito aprofundar-nos muito no estudo das atividades dos primeiros povoadores do Itajaí, poderíamos até demonstrar, valendo-nos dos livros de registro de informações de terras da Câmara de Pôrto Belo, que, já nos começos do século passado, moradores das imediações da

foz do Itajaí-Açu altercavam por causa de terras. E' o que se vê, por exemplo, de uma informação em requerimento de José Coelho da Rocha (Roxa, no original), 9) que morava em terreno contíguo ao que foi por êle doado, em 1824, para a construção da capela, no início do povoado.

Entretanto, pelo que ficou dito e que foi colhido em documentos fidedignos, acima de qualquer possibilidade de contestação, pode-se ter como certo que, por volta de 1825, quando Agostinho Alves chegou às margens do Itajaí, já se encontrava ocupada, com algumas casas, plantações e serrarias 10) e, o que é bem provável, até um estaleiro para a construção de embarcações, 11) tôda a área por onde, hoje, se alargam o perímetro urbano e os subúrbios da sede do município de Itajaí.

-
- 1) — Lucas A. Boiteux «NOTAS PARA A HISTÓRIA DE S. CATARINA» e «OS PRIMEIROS POVOADORES DO ITAJAÍ», apud «Blumenau em Cadernos», Tomo I, pag. 47
 - 2) — «A cinco léguas das Garoupas, em lugar inteiramente despovoado, minerava o capitão Miguel Dias (provavelmente de Arzão), que ali vivera com sua mãe e irmãos. De lá se mudara, porém, para São Francisco, por se terem exgotado as pobríssimas faisqueiras que explorava junto ao rio Taehi (o Itajaí?). Pensava, no entanto, êsse minerador, que, com um mês de viagem, para as cabeceiras do rio, se achariam «grandiosas minas». («Em Santa Catarina Colonial», Afonso de Taunay, pág. 55.)
 - 3) — Paulo José Miguel de Brito «Memória Política sôbre a Capitania de Santa Catarina», pág. 34
 - 4) — Êste trabalho foi escrito há alguns anos. Posteriormente, numa busca no Arquivo Nacional, descobrimos um mapa da foz do Itajaí Açu com a localização da Fazenda do Arzão. Ficava, exatamente, em frente à confluência do Itajaí Mirim, no chamado fundeadouro. As plantações de bambus, em frente e de propriedade da Fábrica de Papel Itajaí, à margem esquerda do Itajaí Açu, ficam nos terrenos que pertenciam à Fazenda do Arzão.
 - 5) — Documentos do Arquivo Nacional
 - 6) — A sesmaria dêsse Coutinho ficava no local ainda hoje conhecido por "Fazenda". Tinha ali casa e plantações. Confrontava com terrenos de José Coelho da Rocha.
 - 7) — A sesmaria de Silvestre Nunes Leal Corrêa fazia fundos no ribeirão Canhanduva. Parte dela devia ficar, ainda, no perímetro urbano de Itajaí.
 - 8) — Sales e Melo doou, em 1820, a sua sesmaria a El-rei, que ali mandou fundar um estabelecimento colonial.
 - 9) — Livro de Registro das informações de terras da Câmara de Pôrto Belo.
 - 10) — Ayres Casal, em sua "Corografia Brasílica", em falando do Itajaí, informa em nota: "Em suas margens, há muitas serrarias". Mas, por serraria, deve-se entender o desdobramento de toras de madeira em tábuas, feito a braços, no sistema de estaleiros. Os primeiros engenhos de serrar, serrarias propriamente ditas, foram instaladas depois de 1838. Antes, não havia nenhuma na província.
 - 11) — Segundo se vê do documento de doação do terreno para a construção da primeira capela, o mesmo situava-se "no lugar do estaleiro".

IV

Não é muito o que se sabe sobre os antecedentes de Agostinho Alves Ramos, antes da sua vinda para Sta. Catarina, logo depois da independência do Brasil.

Pelos dados deixados pelo provisionado José Mendes da Costa Rodrigues, 1) sabemos que Alves Ramos veio para Destêrro em companhia de sua espôsa Ana, natural de Peniche, Portugal, e se associara ao comerciante Anacleto José Pereira, 2) que tinha casa de negócio á esquina da praça com a rua da Cadeia, 3) na capital da província. Segundo essa fonte, nascera no Rio de Janeiro e era guarda-livros e, além de perito na profissão, podia gabar-se de possuir muitos conhecimentos técnicos e práticos em outros ramos de atividade.

A casa de Anacleto José Pereira, bem sortida e afreguesada, mantinha largo comércio, não apenas com os agricultores e pescadores da ilha e do continente fronteiro, senão também com a população que se espalhava por quase todo o litoral, da terra firme até S. Francisco e Laguna. Seus barcos, que periódicamente visitavam as enseadas, onde se ensaiavam começos de povoação, ou onde já havia agrupamentos com capela, que congregavam os pequenos agricultores e serradores espalhados pelas imediações, compravam todos os produtos de lavoura e da acanhadíssima indústria existente, fornecendo mercadorias e gêneros de primeira necessidade aos vendeiros que se iam estabelecendo pela costa.

Nos primórdios do século XIX, quase tôda a extensão da costa catarinense, desde S. Francisco à foz do Itajaí, era bastante povoada e grande o número de moradores que, além da pesca, se dedicavam à cultura de mandioca e da cana de açúcar, do algodão, do café, à extração de madeira, à fabricação de farinha e à construção de pequenas embarcações. Itapocu, Barra Velha, Piçarras, mantinham já apreciável comércio com São Francisco, a cuja jurisdição pertencia o território, e com Destêrro, sede da capitania. Isso sem falar em Itapocorói, onde, desde 1758, já existia capela e onde, a partir de 1779, floresceu uma grande armação de baleias, atraindo muitos colonizadores que fundaram a freguezia de N. S. da Penha 4).

O suprimento de comestíveis e de fazendas e de objetos de uso doméstico e de adôrno aos trabalhadores da armação, nas épocas oportunas, e a compra do óleo, barbatanas e outros produtos dos cetáceos, é que levaram, principalmente, os barcos maiores, da capital a Itapocorói e às enseadas do norte da província. Os terrenos de Tijucas, Pôrto Belo, Camboriú e do próprio Itajaí-Mirim, começaram, por sua vez, a despertar, pela sua extraordinária feracidade, a atenção dos agricultores que viviam apinhados na ilha.

É mais do que provável que, como sócio de Anacleto Pereira, Agostinho Alves Ramos tivesse tomado parte em mais de uma dessas viagens, nos barcos da firma.

Conheceu, assim, o Itajaí Açu, cuja foz, cêrca de três léguas ao sul de Itapocorói, oferecia bom ponto, abrigado e seguro, e por cujas margens já existiam agricultores e serradores de madeira com quem poderia negociar.

Inteligente e de larga visão como era, não deixou, sem dúvida,

de considerar as grandes possibilidades que as margens do Itajaí ofereciam a quem, com entusiasmo e força de vontade, se dispusesse a enfrentar e a vencer as dificuldades e os perigos que, certamente, encontraria por toda parte. Consequência imediata dessas cogitações foi a resolução tomada de transferir-se para a foz do Itajaí-Açu e ali montar sua própria casa comercial.

Coisa de meia légua para baixo da confluência do Itajaí-Mirim, situava-se, com sua família, José Coelho da Rocha, descendente de antigos moradores da praia de Itajaí, à margem esquerda do grande rio e cujos terrenos, ao que tudo indica, confrontavam, a leste, com os de Azeredo Leão Coutinho, ao sul com os de Correia de Negreiros ou José Correia, e ao oeste com o Mirim, com frente para o Itajaí-Açu 5)

Foi dêsse José Coelho da Rocha que Alves Ramos adquiriu o terreno sôbre o qual deu, imediatamente, princípio à construção de casa apropriada ao negócio, que tinha em mira montar, e à própria moradia. Construiu-a, segundo a tradição, espaçosa, confortável quanto possível.

E, pouco depois, ali se instalou com D. Ana e um religioso franciscano, Fei Pedro Antônio de Agote, espanhol de nascimento, e alguns escravos 6)

Tudo isso deve ter acontecido pelos fins de 1823 7).

Ao mesmo tempo que Alves Ramos consolidava os seus planos comerciais, com a intensificação de seus negócios de compra e venda com os moradores da região, frei Pedro cuidava de organizar o lado espiritual do distrito.

Um dos cômodos da própria casa de Alves Ramos foi destinado à capela em que D. Ana, profundamente devota, pôs os requintes da sua grande fé e amor à religiãc.

Concomitantemente, foi dirigido ao bispo do Rio de Janeiro o necessário expediente, no sentido de ser, oficialmente, delimitado o distrito, autorizada a construção de sua capela curada, e permitida, enquanto esta não se verificasse, a celebração de officios religiosos no oratório particular.

A 31 de março de 1823, foi assinada a provisão eclesiástica.

1) — Transcrevemos, na íntegra, as notas que nos mandou o eminente mestre Lucas A. Boiteux: "JOSÉ MENDES DA COSTA RODRIGUES — catarinense, filho natural de Joaquim Rodrigues Pereira Mendes e de Maria Benedita da Costa, nasceu em Destêro (Florianópolis) em março de 1821. Começou por frequentar a escola e praticar no officio de ferreiro. Na «Guerra dos Farrapos», foi incorporado ao 3º batalhão da Guarda Nacional que estêve de guarnição à Laguna de 1839 a 1841. Alcançou a gradação de sargento. Moço inteligente e assaz esforçado, alcançou apreciável grau de instrução, que lhe permitiu lograr a carta de advogado provisionai. Estabelecido em Pôrto Belo, ali exerceu o cargo de agente dos Correios e vários outros de nomeação e eleição. Foi deputado provincial e grande amigo do Tenente-Coronel Agostinho Alves Ramos. Faleceu em Pôrto Belo, a 25 de Junho de 1905. Deixou dois volumosos calhamaços manuscritos, com transcrições de jornais, trechos de vários escritores, poesias e notas biográficas de vários dos seus contemporâneos e algumas illustrações do próprio punho. (Verbete do Dicionário bio-bibliográfica e cartográfico de S. Catarina" (ainda inédito) dos Irmãos Boiteux". Grande parte dos dados e informações sôbre a vida de Agostinho Alves Ramos foram colhidos de um dêsses calhamaços manuscritos, graças à gentileza do mestre Lucas Boiteux.

2) — Anacleto José Pereira da Silva — Comerciante em Destêro Suplente de deputado provincial em 1855. Tomou posse em 1856. Deputado em 1857, 40 e 41. Fêz parte do Conselho Geral da Província. Em 1851 e 32, presidia à Câ-

mara Municipal de Destêrro. Já comerciava no Destêrro, em 1808. Pertencia ao Partido Conservador com Melo e Alvin. De 1815 a 1817, foi procurador. Em 1822, assinou termo de vereança, em que se deu conformidade à independência do Brasil e à aclamação de D. Pedro I.

- 3) — Atual Rua Tiradentes, Anacleto José Pereira exerceu, também, intensa atividade na política provincial.
- 4) — O curato foi elevado à freguesia, em 1839. Em 1958, o distrito da Penha foi elevado a município, e a sua sede, a cidade. A praia de Picarras, hoje intensamente povoada, é uma das mais aprazíveis e procuradas de S. Catarina.
- 5) — Essas confrontações são problemáticas. Deduzi-as das informações de requerimentos de terras, registradas pela Câmara de Porto Belo e que me foi dado examinar e comparar, cuidadosamente.
- 6) — Por mais que tivesse diligenciado, nada consegui apurar sobre os antecedentes de Frei Pedro Antônio de Agote. Continuo, entretanto, as indagações. Sabemos que morreu em casa de Agostinho Alves Ramos e foi sepultado no cemitério da freguesia. Prestou serviços de seu ministério, também na freguesia da Penha de Itapocoróí. Embora não haja disso certeza absoluta, é de todo provável que Alves Ramos o tenha trazido consigo, quando se mudou para Itajaí.
- 7) — Em Julho dêsse ano, a Junta Provisória do Govêrno concedeu a Alves Ramos, por título definitivo, um terreno em Itupava, onde êle montou uma olaria. Itupava fica a poucos quilômetros do atual perímetro urbano de Itajaí.

V

Embora já publicada, I) convém seja feita aqui a transcrição integral da provisão episcopal: «D. José Caetano da Silva Coutinho, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Rio de Janeiro, Capelão Mór de Sua Majestade Imperial, do Seu Conselho e Presidente da Mesa da Consciência e Ordem, etc. Aos que a presente nossa provisão virem, Saúde e Bênção. Fazemos saber que, atendendo Nós a suficiência e bom procedimento do rev. Pe. Pedro Antônio Agote, Religioso Franciscano, Havemos por bem de o prover, como pela presente Nossa provisão o provemos, enquanto não mandarmos o contrário, em a ocupação de capelão-curado no distrito de Itajaí, que compreende todos os moradores entre o rio Gravatá do Norte e o rio Camboriú do Sul, à qual ocupação servirá bem e fielmente, como convém ao serviço de Deus e bem das almas dos moradores do mencionado distrito, administrando-lhes os sacramentos e absolvendo-os de todos os pecados, exceto dos reservados atuais, voluntários, concubinatos e ocasiões (?) próximas, fazendo Estações, ensinando a doutrina cristã, principalmente aos pequenos e pessoas rudes que necessitarem de a saber, e muito lhe encargamos a boa direção das almas dos moradores do distrito, do que dará contas a Deus Nosso Senhor, e na dita ocupação perceberá os frutos da e pé de Altar, segundo os costumes do Bispado, além da congrua em que convencionar com o povo, e todos os mais prós e percalços que diretamente lhe pertencerem; e lhe concedemos, mais, a faculdade de poder benzer, do Ritual, cemitérios e uma Capela do Santíssimo Sacramento, logo que estiver acabada e em termos de se celebrar o santo sacrifício da Missa, autorizando-o para celebrar, entretanto, no oratório particular que parecer decente. E mandamos a todos os moradores do referido distrito reconhecerem o dito Pe. Frei Pedro Antônio Agote por seu Capelão Curado, e como tal o estimem, obedeçam e bem o tratem em tudo quanto São obrigados, e para que inteiramente assim se observe, a publicará, em a primeira Domingo ou dia festivo, aos seus Aplicados; e será apresentada ao reverendo Vigário de Vara respectiva, para a fazer cumprir e registrar. Dada nesta leal e

heróica cidade do Rio de Janeiro, sob o nosso sinal e sêlo da nossa chancelaria, aos trinta e um de março de mil oitocentos e vinte e quatro. E eu, Padre Francisco dos Santos Pinto, escrivão da Câmara Episcopal, a subscreví (ass.) J. Bispo do Rio de Janeiro, Capelão-Mór. Reg. 46 do Livro das Provisões. Rio 31 de março de 1824. Gonsalves. "Provisão que V. Excia. Revma. Há por bem prover o rev. Pe. Frei Pedro Agote na ocupação de Capelão-Curado no distrito de Itajaí, na forma acima. Para V. Excia. ver. Cumpra-se e Registre-se. Itapocorói, 20 de julho de 1824." —

Se bem que data de meses antes, o estabelecimento de Alves Ramos e que o local estivesse já ocupado e trabalhados os terrenos por agricultores chegados havia anos antes, a data dessa provisão deveria ser tomada como a da fundação de Itajaí.

Sim, porque foi daí, de 31 de março de 1824, que o povoado começou a tomar corpo.

Já no mês seguinte, os Coelho da Rocha doaram o terreno para a construção da capela e do cemitério e Agostinho Alves Ramos tomava a si o encargo de levantar o pequenino templo dedicado ao Santíssimo Sacramento, sob cuja invocação o Curato fôra criado.

A escritura de doação data de 2 de abril seguinte e foi lavrada, a pedido dos doadores, analfabetos, por Bento José da Costa, tendo, como testemunha, Germano José da Silva. Foram doadas trinta braças de frente, com sessenta de fundos, que extremavam, pelo sul, com as de Agostinho Alves Ramos.

Foram condições expressas que se construísse a capela e um cemitério e que se desse sepultura nele aos doadores e se lhes fizesse «bem d'alma».

Sabe-se que as despesas de construção da capelinha foram feitas, quase que exclusivamente, pela bolsa de Alves Ramos, salvo o pouco que Frei Pedro conseguia colh'r entre os seus curados e os de Itapocorói, até onde estendia o exercício do seu ministério, auxiliando o cura da Capela de S. João Batista. 2)

A provisão, como vimos, fixava os limites do curado que, por coincidência, são quase os mesmos de hoje em dia, pelas reduções que o município vem sofrendo com os desmembramentos de seus distritos de paz. O rio Gravatá, ao norte, separava-o do curato de Itapocorói, e o de Camboriú, do de Pôrto Belo, que, já em Dezembro de 1824, fôra elevado à paróquia. 3)

Estava, assim, fundado o povoado do Santíssimo Sacramento do Itajaí.

A capela e o negócio de Alves Ramos foram atraíndo novos moradores para as suas proximidades e pelo Itajaí Açu acima, até a confluência do Mirim, outras moradas se levantaram.

Junto à barra do rio, principalmente, o agrupamento de casas se tornara maior, porque as margens do pequeno Itajaí, já bem mais povoadas em anos anteriores, produziam apreciável volume de cereais e madeiras, que desciam o rio, em pequenas embarcações, para o armazém de Alves Ramos. E parece que o próprio Alves Ramos tinha depósito de mercadorias na barra do Itajaí-Mirim, em terrenos que aí possuía e que, por volta de 1851, vendeu ao Dr. Blumenau. Lá construiu êste um barracão para a acolhida provisória dos imigrantes vindos da Europa para a sua colônia e que, no Itajaí, aguardavam condução, rio acima.

Alves Ramos não limitava a sua atividade às transações comerciais. Tornou-se um verdadeiro amigo e conselheiro dos moradores das redondezas, servindo-lhes de orientador nos seus negócios, de médico nas suas enfermidades, de mediador nas suas desavenças.

Dona Ana não era menos solícita com aquela gente. Senhora dotada, também, de bom coração e de extraordinária atividade, dividia, com o espôso, os encargos do negócio. Enquanto Agostinho cuidava das suas compras de gêneros, da montagem da sua olaria, das suas transações de terras e plantações, de abrir caminhos e de orientar, em todo sentido o constante crescimento do povoado, D. Ana, juntamente com um escravo, tomava conta do balcão e de uma padaria, que acrescentara à venda de fazendas, secos o molhados.

Em pouco tempo, Alves Ramos tornara-se, praticamente, o chefe incontestável do lugar. E não só das margens do Itajaí-Açu, mas das do Mirim, de Camboriú e de Pôrto Belo; por tôda a costa sul, estendeu a sua benéfica influência. E foi, naturalmente, por interferência sua, que, já em 1830, em reunião de 13 de janeiro, o Conselho Geral da Província recomendou as terras do Itajaí para nelas ser instalada uma das povoações, das duas a serem criadas na terra firme, com 200 casais cada uma.

E como o seu povoado apresentasse já possibilidades muito grandes de ser, em breve, um centro bem populoso, que contaria com inestimáveis recursos próprios, um aglomerado de suas vinte casas, com a sua capelinha e o seu cura, tratou de elevá-lo a freguesia, sede de distrito e paróquia.

Valeram-lhe, mais uma vez, as relações de amizade e o seu prestígio político, sempre crescente, junto às autoridades provincianas. Acertou providências com o presidente, que então era Feliciano Nunes Pires, cuja ingerência deve ter sido decisiva para a solução satisfatória da pretensão, e, a conselho dêste, elaborou uma petição à Câmara de S. Francisco, a cuja jurisdição o território pertencia. 4)

Nessa petição, os moradores do distrito apontavam as razões pelas quais se julgavam com direito de ter o seu curato elevado à freguesia. Pela carta que Alves Ramos dirigiu, em 25 de janeiro de 1833, ao presidente da Província, 5) vê-se que tôdas as diligências para a elevação do curato foram feitas de comum acôrdo e aconselhadas mesmo por Nunes Pires, que interveio junto à Câmara de S. Francisco para que esta não só intor-masse favoravelmente o requerimento, mas o fizesse com tôda a urgência.

Embora também já tenha sido recentemente publicada, 6) é indispensável a transcrição, para aqui, da informação que foi dada pela Câmara de S. Francisco, em vista dos elementos históricos que encerra, e pelos quais se vê que Itajaí, naquele ano, apresentava já "muito bonita perspectiva".

"Ilmos. Snrs. Presidente e Membros do Conselho Geral da Província. A Câmara Municipal da Vila da Graça desta província de Sta. Catarina, satisfazendo o seu dever na parte que lhe toca de promover, quanto possa, o bem e a felicidade dos povos do seu município, vem, com todo o devido respeito, ante o Ilmo. Conselho Geral da Província, apresentar uma representação dos habitantes da capela curada do S. Smo. Sacramento, como lhe é pedida, para o fim de obterem a graça de erigir em freguesia a dita capela, provida pelo Estado com a merecida cônica, o que tudo bem espande a dita representação e officio do respectivo Juiz de Paz, que acompanha. A mesma Câmara, ao tempo em que assim oferece as súplicas daqueles moradores, não pode, também, deixar de referir ao Ilmo. Conselho Geral

quão justas porque os povos mencionados, com seu trabalho, com a sua diligência, sem mais algum auxílio, edificaram a capela atual, buscaram seu cura d'almas, a quem pagavam, em quanto podiam, edificaram seus prédios urbanos no lugar detalhado, que já oferecem muito bonita perspectiva, exigindo séria contemplação sua população e lavoura que têm muito aumentado; *necessárias*, porque o mencionado rio Itajaí, por sua riqueza e extensão, pode ser já uma freguesia e no futuro uma vila que muito interessará à Província e ao Estado. Digne-se, pois, o Ilmo. Conselho de tomar, com o merecido acolhimento, a presente informação e de resolver, com a justiça que costuma. Paço da Câmara, em sessão extraordinária de 19 de Janeiro de 1833."

A solução desse caso levou, entretanto, alguns meses para ser dada. Somente a 12 de agosto do mesmo ano de 1833 é que foi assinada, pelo presidente, a resolução que, por proposta do Conselho Geral da Província, elevava o arraial de Itajaí a Paróquia, sob a mesma invocação do Santíssimo Sacramento, agora acrescida do de N. Sra. da Conceição, e a que criava o respectivo distrito policial.

É claro que, conseguido o primeiro passo para tornar o povoado, que fundara, em sede administrativa, política e econômica de uma zona vastíssima, de enormes riquezas em potencial, Alves Ramos redobrou de esforços e atividades para alcançar a concretização completa de seus planos bastante arrojados.

Não é, pois, de admirar que uma vez consolidado o novo estado de coisas, conseqüente da emancipação política do país, e convocadas as primeiras eleições para a Assembléia Provincial, em 1835, Agostinho fôsse um dos indicados e, contando com seguras amizades no Destêrro, junto ao comércio e ao govêrno, e com incontestável prestígio, junto aos eleitores, fôsse escolhido para ocupar uma das cadeiras.

Daí em diante, Alves Ramos pôde contar com elementos mais eficientes no seu entusiasmo pelo desenvolvimento de Itajaí e de todo o território banhado pelos dois grandes rios litorâneos. Explorou o Itajaí Açú até o Salto, e o Itajaí-Mirim até considerável altura, e, maravilhado com a extraordinária uberdade do solo, deixou se empolgar pela idéia de transformar tôda aquela enorme extensão em colônias florescentes, onde milhares de famílias encontrassem a fartura e a felicidade, fazendo, ao mesmo tempo, a grandeza e o bem-estar de tôda a província.

Concebeu, um quarto de século antes, as mesmas idéias que o Dr. Blumenau poria em prática em 1850.

Infelizmente, faltaram a Alves Ramos a tenacidade, a cultura, a prática, o método que coroaram de eficiência os planos do filósofo alemão, transformando-os, em pouco tempo, em esplendente realidade.

Faltou-lhe, principalmente, o elemento humano, nas condições físicas e morais, de que Blumenau pôde lançar mão.

Mas, nem por isso, a obra de Alves Ramos é menos meritória.

-
- 1) — «Blumenau em Cadernos». Tomo I, pag. 130, em artigo de Lucas A. Boiteux.
 - 2) — Há documentos que frei Pedro, com outro sacerdote, estêve na Penha, exercendo o seu ministério.
 - 3) — Antes da criação do Município de Navegantes.
 - 4) — Os limites de São Francisco extendiam-se, dêsde as divisas com o Paraná até

o rio Camboriú, ao Sul, exatamente onde terminava a jurisdição do curato de Itajaí e começava a da freguesia de Pôrto Belo, a que Itajaí passou, depois a pertencer.

- 4) — Consulte-se o teor dessa carta, publicada por Lucas Boiteux, em «Blumenau em Cadernos», tomo I, pag. 130.
- 5) — Lucas Boiteux «ITAJAÍ, DE FAZENDA A CIDADE», apud «Blumenau em Cadernos», tomo I, pag. 129.

VI

Quando Agostinho Alves Ramos foi eleito deputado provincial, já frei Pedro Antônio Agote havia falecido. Morrera na própria casa de Alves Ramos, onde sempre morara. 1)

Substitui-o na direção dos negócios espirituais da freguesia o padre Francisco José de Souza, que em agosto de 1835, teve, como sucessor interino, o padre Joaquim Serrano.

A capelinha, construída de pau-a-pique barreado, entrava em ruínas, não obstante os relativamente poucos anos de existência.

Como representante do povo na Assembléa, Agostinho pôde dar maior expansão aos seus planos e alcançar mais sólidas garantias para a sua execução. Depois de ter conseguido a aprovação da lei nr. 9, de 15 de abril de 1835, criando uma cadeira de primeiras letras na freguesia e fixando em 180\$000 anuais o ordenado do respectivo professor, desenvolveu, junto aos seus pares, grandes esforços e propaganda, em prol do aproveitamento, para a agricultura, dos terrenos do Itajaí. Redigiu e apresentou à Assembléa um projeto de colonização, que foi aprovado e transformado em lei, a de n.º. 11, sancionada pelo presidente da província, a 5 de maio do mesmo ano.

Essa lei mandou estabelecer duas colônias, uma no rio Itajaí Mirim e a outra no Itajaí Açu, ambas com dois arraiais. Dar-se-ia comêço aos arraiais pelo do Taboleiro, na primeira, e pelo de Pocinho, na segunda colônia. E, se o estabelecimento prosperasse, os outros dois arraiais seriam levantados nas cabeceiras do ribeirão da Conceição e no Belchior, respectivamente. Em vários artigos, estipulavam-se os direitos e deveres dos colonos, a cada um dos quais se daria uma sorte de terras de duzentas braças de frente, por quinhentos de fundos, se solteiro, e, se casado, de trezentas por quinhentas. Ao juiz de paz do distrito foi atribuída a tarefa de mandar medir e demarcar os lotes coloniais e distribuí-los entre os colonos, que a eles perderiam o direito, se, dentro de seis meses da data da concessão, não dessem princípio às plantações. Nos lugares destinados aos arraiais, seriam medidas áreas de quinhentas braças em quadra, subdivididas em lotes urbanos que seriam, também, distribuídos entre os colonos, para construção de suas moradas.

Alves Ramos, então major, 2) foi encarregado, pelo presidente da província, de dirigir os trabalhos de colonização dos dois empreendimentos, com poderes para emitir títulos de propriedade. Ao mesmo tempo, foi consignada, no orçamento de 1835, uma verba de 2:000\$000, para as despesas de exploração do rio Itajaí Mirim e outras semelhantes, entre as quais se encontrava, também, a destinada ao combate aos indígenas que viviam molestando os colonos.

Ao escopo principal dêste trabalho não interessa o acompanharmos a fundação e o desenvolvimento das duas colônias criadas por essa lei n.º 11.

As providências tomadas para a concretização do determinativo legal, entretanto, influíram, decisivamente, no crescimento da freguesia do Santíssimo Sacramento e na hegemonia que a mesma foi adquirindo sôbre tôda a bacia do Itajaí e povoados vizinhos, inclusive sôbre Pôrto Belo.

Realmente, não só agindo por si mesmo, como por intermédio dos poderes públicos competentes e dos muitos amigos do Destêrro a da sede do município, Alves Ramos encaminhava, para as terras do Itajaí, para as duas colônias recém-criadas, colonos de várias partes da província, inclusive de S. Pedro de Alcântara, onde, em 1824, se haviam estabelecido muitas famílias de imigrantes alemães e que, por não terem ali encontrado condições favoráveis de solo e meios de comunicação, foram, em parte, escolhendo outros pontos de Sta. Catarina, mais adaptáveis à agricultura ou mais fáceis de serem trabalhados, com maiores possibilidades de progresso.

Assim, ao mesmo tempo que povoava as terras marginais dos grandes cursos d'água, enriquecendo a província com apreciável produção que dali exportava, concentrava, no povoado que fundara, todo o comércio da região.

A sua constante correspondência com os presidentes da província, nesse propósito, demonstrava bem o espírito que o animava e a atividade que desenvolvia, no sentido do desbravamento das terras itajaíenses produzirem frutos duradouros.

Em 1836, muito se interessou pela exploração do Itajaí Mirim e, consultado a respeito, oficiou ao Major Silva Mafra, dando o seu parecer sôbre a melhor maneira de se concretizar essa empreitada. As suas opiniões são sensatas e por elas se vê quanto êle procurava defender, em tudo, os interêsses da fazenda pública, escolhendo sempre soluções que, eficientes, fôsem as menos dispendiosas. 3)

Durante os três primeiros anos de mandato de deputado, A. Ramos não esmoreceu um só momento nos patrióticos propósitos que o animavam. A sua atividade era bem compreendida no seio do govôrno e devidamente apreciada.

Em 1836, o tenente Albuquerque Cavalcanti, presidente da província, na sua "Fala" anual à Assemblêia Legislativa, escrevia: "... a Administração encarregou da execução dessa lei (a de n.º 11), quanto às colônias, ao cidadão Agostinho Alves Ramos, conhecido pelo empenho que tem mostrado em promover a prosperidade, de que é suscetível aquêle valioso distrito".

Os "bugres", que não raro eram vistos no território do Itajaí, ameaçando e intimidando os colonos que acudiam ao chamado e à propagação de Alves Ramos, começaram a preocupá-lo muito. Com autorização das autoridades provinciais, organizou escoltas que batessem os matos em perseguição dos gentios. Nesse particular, também os seus serviços foram notáveis pela presteza e energia com que agiu, em defesa da sua gente.

Em abril de 1837, a lei n.º 70, que, sem dúvida, foi obra de Alves Ramos, isentou os moradores de Itajaí de prestarem serviço militar na Guarda Nacional, por estar a região sujeita à incursão dos índios. 4)

Apesar de criado em 1835 e ter sido publicado edital para o seu preenchimento, parece que o cargo de professor de primeiras letras da freguesia só foi provido em 1837 com a nomeação de Francisco José das Neves. Este, porém, já em 28 de maio seguinte, foi substituído, interinamente, por Antônio Joaquim Ferreira.

Em 1838, criou-se em Itajaí, uma companhia de pedestres permanente, de conformidade com a lei 28, do ano anterior, e que, sem dúvida alguma, foi, igualmente, de inspiração do major Alves Ramos. 5) A êste foi confiada a tarefa da sua organização e conseqüente comando.

Alves Ramos também concorreu às eleições de 1838 e 1840, ficando, entretanto, como suplente, várias vezes convocado.

A primitiva capela, afinal, foi posta abaixo, e sendo vigário-colado o padre Francisco Rodrigues (1838), Agostinho Alves Ramos pôs-se à frente dos trabalhos da construção da nova matriz, mais ampla e mais resistente. Providenciou o transporte de pedra, tijolos e madeiras da sua fazenda do ribeirão Conceição, e seus escravos concorreram com grande parte da mão de obra. Naturalmente, houve auxílio dos demais fregueses do distrito e das circunvizinhanças, e as despesas, feitas por Alves Ramos, foram depois resarcidas, pelo menos em parte, pelo govêrno 6) e pela fábrica da matriz.

Em meados de 1841, o padre Rodrigues deixou as funções de vigário. Enquanto não tomou posse o seu substituto, padre João Batista Romero, em novembro do mesmo ano, os negócios da paróquia foram sendo administrados pelo vigário de Pôrto Belo, Padre Antônio Augusto de Assis.

-
- 1) — Ignora-se a data exata do seu falecimento, o que, entretanto, deve ter se dado em fins de 1833 ou 34, visto como o seu substituto tomou posse em março dêsse último ano. Agostinho e, principalmente, Dona Ana, devem ter se apressado em conseguir-lhe substituto.
 - 2) — Quanto à vida militar de Alves Ramos, também pouca coisa conseguimos saber, dada a pobreza de dados que nos foi dado consultar. Morreu como tenente-coronel, pôsto que já ocupava em 1842, por ocasião da visita de Van Lede, às margens do Itajaí.
 - 3) — Ver «Blumenau em Cadernos», tomo I, pag. 152, onde Lucas Boiteux transcreve o carta que, em 1854, Ramos escreveu ao major Jesé da Silva Mafra.
 - 4) — Lei n.º 70, de 28 de abril de 1837: “Art. 1.º - Ficam isentos do serviço ordinário da Guarda Nacional, os moradores dos sítios d’Araranguá, Cabeceiras do Rio da Madre, Tijucas Grandes, Itajaí e em quaisquer outros lugares centrais, onde as habitações, por isoladas, sejam expostas a ataques do gentio, ou possam servir de centro e de apoio ao estabelecimento de colônias”.
 - 5) — Lei n.º 28, de 25 de abril de 1836: “Art. 1.º — Ficam criadas seções de pedestres que terão por objeto: § 1.º — Guarnecer presidios ou guardas que se houverem de estabelecer em diferentes pontos da provincia; § 2.º - explorar e correr os matos, nos oito meses que decorrerem de setembro a abril, inclusivamente; § 3.º - fazer picadas de comunicação; os acampamentos e quaisquer obras precisas para o desempenho de suas obrigações; § 4.º - proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arrancamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los. Art. 2.º — Cada seção será composta de um sargento, um cabo e quinze soldados, e haverá tantas seções quantas puder criar o presidente da provincia, em vista da quantia que para esta despesa fôr anualmente decretada. Art. 3.º — Vencerão de sôldo os sargentos, setecentos e vinte réis diá-

rios, os cabos quinhentos e sessenta réis e os soldados quatrocentos réis, nos meses designados de dezembro a abril; e metade d'esses vencimentos nos quatro meses restantes, de maio a agosto. Perceberão todos, no decurso do ano, mais cem réis diários para etapa. O armamento e ferramenta, segundo a natureza do serviço, equipamento e munições de guerra, será tudo fornecido pela fazenda pública. Art. 4º. — Nos meses de maio a agosto, poderá ser licenciada metade da força de pedestres, sem que percebam vencimento algum. Art. 5º. — Ao presidente da província fica competindo: § 1º. - designar os pontos em que se devem colocar os presídios e guardas; § 2º. - dar as instruções e ordens para o engajamento dos praças e regularidade do serviço; § 3º. - Marcar os uniformes e equipamentos que deverão usar; § 4º. - estabelecer os castigos que deverão ter as faltas de serviço dos pedestres. Etc."

- 6) — Em 1841, a assembléa provincial concedeu o auxílio de dois contos de réis (N. Cr. 2,00)

VII

Os indígenas continuavam as suas sangrentas incursões pelo território das duas colônias fundadas por Alves Ramos. Constituíam elles grande, senão o maior entrave à expansão colonizadora.

O próprio arraial de Belchior ameaçava despovoar-se, como já se achavam quase abandonados os lotes medidos e concedidos no Itajaí Mirim.

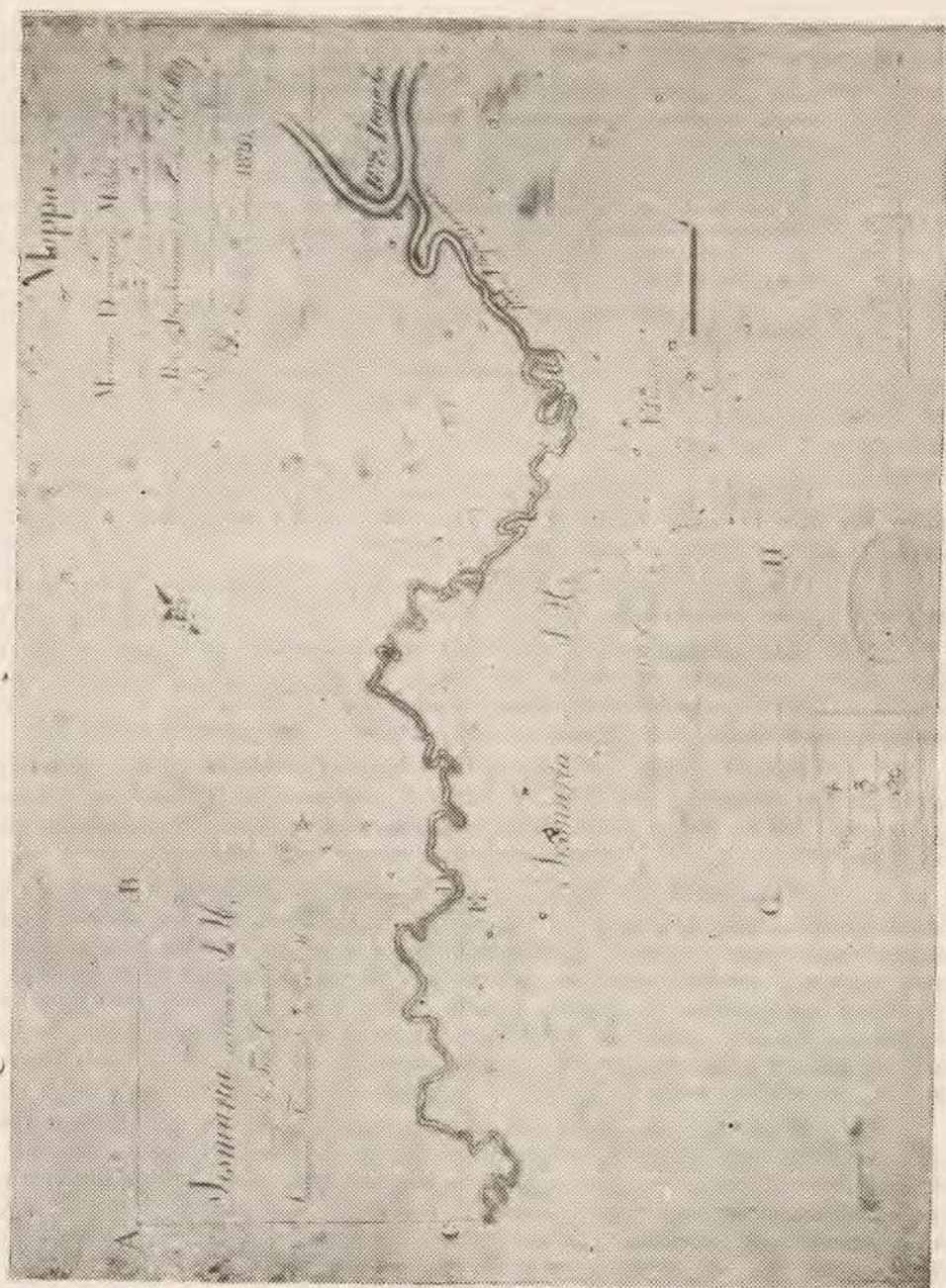
Alves Ramos, que, em 1841 e 1842 voltara, como deputado, á Assembléa Legislativa Provincial, conseguiu novas medidas do Govêrno para obviar a êsse inconveniente, causa principal da ineficácia das medidas até então postas em prática, a custo — sabe Deus! — de quantos sacrificios.

Para dar mais eficiência à Companhia de Pedestres, fôra encarregado do seu comando, em 1843, o major Henrique Etur, que, nessa época, vivia em Pôrto Belo, onde tinha propriedades e, possivelmente, casa de négócio. 1)

Henrique Etur, espirito também ativo, empreendedor e amigo de Alves Ramos, seguiu, com a Companhia, para Belchior, a cujo arraial deu nôvo e importante impulso, distribuindo terras a novos colonos e aos pedestres casados, construindo casas, percorrendo as matas em operação de limpeza e afugentamento do gentio, dando, assim, aos colonos um ambiente de segurança, no qual puderam trabalhar e progredir, e, dessa forma, concorrendo não só para o adiantamento da colônia, como da freguesia do S. S. Sacramento, entrepôsto natural de tôda a produção exportável da região. 2)

O povoado de Itajaí estava, entretanto, praticamente estacionário. A nova igreja fôra concluída, bem maior do que a primeira capela, de construção mais sólida, o que, contudo, não impediu que, pouco depois, estivesse já necessitando de reparos, de aumento e reforços das paredes laterais, uma das quais chegou a ruir em 1844, segundo se depreende de uma informação contida na «sala» do presidente da província, dirigida à Assembléa Legislativa, em 1844.

Em 1840, o govêrno provincial havia sancionado a lei nr. 136, de 14 de abril, segundo a qual ficava êle autorizado a contratar um professor formado pela Escola Normal de Niterói, para reger a cadeira de primeiras letras de Destêrro. Todos os professores da província, menores de 35 anos, seriam chamados a freqüentar as aulas d'esse mestre, o qual deveria ser há-



Mapa das Sesmarias d'El Rey, no Itajaí Mirim,
onde Vasconcelos de Drumond deveria fundar
um estabelecimento colonial.

bil no ensino de "ler e escrever pelo método Lancastrino, das quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções, noções gerais de geometria teórica e prática, gramática, elementos de geografia, os princípios da moral cristã e da religião do Estado".

O professor contratado deveria informar, mensalmente, o presidente da província, sobre o aproveitamento dos mestres do interior e, caso se verificasse a sua incapacidade, seriam demitidos ou aposentados, conforme o caso. Aquêles que demonstrassem aproveitamento, teriam, então, que prestar um exame perante o presidente da província e, aprovados, seriam restituídos à regência de suas respectivas cadeiras.

Não desmentindo as tradições de cultura de que sempre se orgulhou o povo itajaense, com seu fundador em destacado plano, o professor da freguesia, que, desde 28 de maio de 1837, vinha regendo, interinamente, a cadeira de primeiras letras, Antônio Joaquim Ferreira, teve que frequentar, em 1844, a escola do professor contratado, tendo sido aprovado satisfatoriamente.

Nem podia ter sido doutra forma, visto como, desde o seu nascimento, até os dias que correm, Itajaí tem sido apontado como um centro intelectualmente adiantado e onde o número de moradores que se destacam pela cultura e amor às letras e às ciencias, é bastante apreciável.

Essa justa reputação começou com Alves Ramos. Êle não foi apenas um negociante ativo e um político inteligente e habilidoso. Podia orgulhar-se de possuir uma inteligência invejável e grande cultivo espiritual.

Além de possuir vastos conhecimentos de contabilidade comercial — pois parece que era guarda-livros diplomado — tinha noções de desenho industrial, riscando, com pericia, plantas de barcos e de casas. O biógrafo, em que respigamos grande parte das informações dêste trabalho, adianta que "o Coronel fêz: construir várias embarcações, sendo êle o mestre de risco; um moço, que êle admitiu em sua casa agregado, natural de Guaratuba, Bento Malaquias da Silva, que muito figurou em Itajaí e que deixou fortuna para a sua família, êle o mandou aprender o ofício de carpinteiro da ribeira e lhe ensinou a riscar embarcações e, porisso, foi um afamado e bom mestre construtor".

Era muito versado em letras. Tinha excelente redação, e as suas cartas, dirigidas ao presidente da província, aos amigos da capital e de Pôrto Belo, podem ser tidas como modelos, levados, naturalmente, em consideração, as condições em que se encontrava Sta. Catarina no campo literário, onde, mesmo assim, era dos mais adiantados do país.

Era poeta também, e bom poeta. Não teria feito má figura entre os literatos da atualidade. Ao contrário, deixaria para trás muito versejador que tem nome estampado em frontespício de livro.

A sua veia mordaz criou sátiras sobre os homens e coisas da época, que eram lembradas e repetidas nas rodas de intellectuais da capital e de Pôrto Belo, onde, apesar do atraso material em que se arrastava a vila, havia homens que tinham gosto pelas manifestações da intelligência.

Graças a J. M. Rodrigues, ficou-nos uma amostra interessantíssima do gênio poético de Alves Ramos.

Infelizmente, é uma amostra muito irreverente, um libelo apresentado com demasiada crueza contra o vigário de Itajaí.

Por ela, entretanto, pode-se aquilatar dos méritos literários de Alves Ramos, razão porque, embora a contragosto, vamos transportá-la para estas páginas.

O padre espanhol Francisco Hernandez, que, em 1843, tomou conta da direção da paróquia de Itajaí e a administrou por muitos anos deixou do seu proceder a pior fama possível. Descuidado no cumprimento do dever, não levava muito a sério a questão de piedade, de devoção no desempenho do seu ministério, e vivia, mesmo, em constantes desregramentos. Sua vida licenciosa era alvo de comentários maliciosos, de enérgica condenação, não apenas por parte dos moradores da paróquia como dos do vizinho distrito de Itapocoróí, cuja freguesia foi, também, e concomitantemente com a de Itajaí, por êle servida durante algum tempo.

Certa vez, 3) o padre foi chamado para levar o sagrado Viático à velha mãe de João Maria da Veiga, que se achava às portas da morte.

Atendendo ao pedido, o padre levou lhe o Sacramento sem as exigências litúrgicas, com uma displicência e uma falta de respeito tais, que chamaram a atenção de quantos, intimamente revoltados, tiveram a oportunidade de assistir à cena.

Alves Ramos pintou o triste quadro nestes versos:

“Hoje saiu nosso Pai
Duma forma singular.
Sem umbela, sem respeito,
Sem véu e sem pluvial,

Sem se entoar Bemdito
Em louvor do Sacramento;
Com fome como o diabo, 4)
Marchava o gordo jumento.

Seguia em lugar da cruz,
O Senhor crucificado,
Dum amancebado ao ombro,
De qualquer sorte encostado.

Um devoto apareceu
Que o Bemdito entoou,
E nêle o nosso c’roado
Três vêzes s’atrapalhou.

Chegando à casa da enfêrma,
Da bolsa apenas tirou
O Relicário sagrado,
Sôbre a mesa o colocou.

Sem Corporais, nem Pedr’Ara
Onde fôsse colocado,
Tudo . . . o bruto olvidou,
Arremessando-O deitado . . . 5)

Deus eterno de piedade,
Tende santa compaixão!
Fazei que êste ímpio, um dia,
Tenha fé, tenha atenção.

Dita só a confissão
Qu’o «Agnus Dei», não lembrado,
É o «Dominus non sum dignus»
Foi igualmente glosado.

Imbuído nas idéias
Duma malvadez brutal,
Nem sequer compreendia
O velhinho ritual.

Simonista e borracho,
Vil jogador, fornicário,
Tal hoje é de Itajaí
O escandaloso Vigário.

Alves Ramos, durante tóda a sua existência, deu as provas mais cabais do seu grande respeito à religião e aos seus ministros.

Sua espôsa, principalmente, deixou tradição de piedade, de devoção, de singular apêgo às práticas religiosas.

Essa poesia, por isso, não pode ser levada à conta de crítica mal intencionada e injusta. É' antes, uma queixa amarga contra a falta de escrúpulos de um padre escandaloso, o que não era raro naqueles tempos.

Alves Ramos escreveu, também, umas memórias, onde devia ter anotado muita coisa dos começos de Itajaí. Infelizmente, perderam-se os manuscritos, assim como muitas poesias originais, em que êle focalizava figuras da época, como o bacharel João Nepomuceno de Mendonça, juiz municipal de Pôrto Belo, e o Major Henrique Etur.

- 1) — Segundo Lucas Boiteux, em 1856, Etur era tenente e morava em Itajaí, proprietário de uma lancha. Em 1855 (20 de agosto), vêmo-lo comparecendo a uma audiência, na Penha do Itapocorói, citando Tomás Antônio Lemos e Francisco da Rosa, que lhe haviam vendido 600 alqueires de arroz e negavam-se a entregar-lhe a mercadoria, pelo preço combinado de 400 réis o alqueire. Faleceu a 29 de setembro de 1861, em Itajaí, onde ficara residindo e era coletor das rendas provinciais, depois de se exonerar do cargo de comandante da companhia de pedestres. Chegou ao posto de tenente-coronel, «chefe do estado-maior do 3º Comando, condecorado com as medalhas peninsular e cisplatina, por S. Majestade.»
- 2) — Em 4 de agosto de 1842, em officio dirigido por Etur ao presidente da província, solicitando demissão do cargo de Comandante da Companhia de Pedestres, êle alega: . . . segundo as ordens de V. Exa., tinha eu feito levantar a planta do arraial do Belchior, aberto ruas, concedido terrenos para casas e chácaras; quis também entrar com o meu contingente para o aformoseamento da-quele arraial, segundo V. Exa. ordenava; fiz construir cinco casas, contando ser ali a minha última residência, visto que V. Exa., tendo mandado dar terras aos soldados casados e emigrados, ali pretendia fazer uma espécie de colônia militar . . .”
- 3) — J. Rodrigues dá isso como acontecido em 8 de maio de 1852.
- 4) — Em nota a êsse ponto, J. Rodrigues escreve que o próprio padre assim se apressara a meio caminho, antes das 9 horas da manhã.
- 5) — É ainda J. Rodrigues quem observa em nota: “postado de joelhos, parece que maquinalmente, tendo entre as mãos o relicário, de repente bate com êle de costas sobre a mesa . . . levanta-se e assim o deixa sobre a mesma mesa, enquanto faz calar o “bemdito” . . .”

VIII

Em 1842, Agostinho Alves Ramos recebeu, em Itajaí, a visita de Charles van Lede, engenheiro belga, que, pouco mais tarde, fundava uma colônia, rio Itajaí-Açu acima, origem da atual cidade de Ilhota.

No livro que publicou, no ano seguinte, na capital de seu país, 1) êsse cientista faz algumas referências a Itajaí e a Alves Ramos, que convém reproduzir aqui, para que se tenha uma idéia mais precisa de que êle era, realmente, o homem indispensável do lugar, atento a tudo, sempre pronto a ajudar os empreendimentos úteis, amável e cavalheiresco.

Depois de dar algumas informações de ordem técnica, resultantes das observações feitas e de sondagens no Itajaí-Açu e no Mirim, van Lede escreve :

“A freguesia de Itajaí compõe-se de umas cinqüenta casas, dis-

apersas pelas margens do rio, perto de sua foz e ao longo da praia. Tem um igrejinha, alguns pequenos estaleiros; é sede de um juizado de paz e residência dum Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Para estas duas autoridades tínhamos cartas do presidente, que nos apressamos a entregar.

“O Coronel Agostinho Alves Ramos acolheu-nos perfeitamente e pôz a nossa disposição um iatezinho, no qual subimos o Itajaí-Grande.”

Seguem-se vários detalhes a respeito da exploração dêsse rio, após o que Van Lede acrescenta:

“Segunda-feira, 4 de abril, estávamos de volta à freguesia do Itajaí. Nessa região, chegando-se, tarde da noite, a uma casa, corre-se o risco de dormir à luz das estrêlas; e isso é compreensível, pois os seus habitantes, forçados a fazer, até certo ponto, o policiamento local, não abrem sua porta a horas tardias. Assim, não quisemos incomodar o Coronel Agostinho Alves Ramos, e resolvemos pernoitar na praia. A temperatura era agradável, o céu conservava-se, quase sempre, tão sereno, que, muitas vêzes, preferíamos acampar a procurar uma casa; mas o nosso patrão van Zoite (sic), 2) que era português, fôra, sem sabermos, prevenir o coronel, que imediatamente nos franqueou sua residência. As atenções que êle nos dispensou, ultrapassaram a tudo a que tínhamos direito de esperar.

“No dia seguinte, preparamo-nos para explorar o Itajaí-Mirim, do qual já conhecíamos a importância; mas, esta vez, mais bem avisados, substituímos o iate pelas canoas, mais fáceis de governar, e com as quais podíamos navegar contra a corrente e atravessar tôdas as passagens.

“Na confluência do rio Conceição com o Itajaí-Mirim, o coronel tinha uma fazenda, onde jantaríamos, a seu convite. E, enquanto êle despachava os seus negócios, fomos, de canoa, explorar o rio. Tínhamos de percorrer muitas curvas, antes de chegar ao ponto de encontro combinado, devendo o coronel seguir por terra; assim, apesar dos nossos esforços, tomamos os últimos a chegar.

“A fazenda do coronel achava-se situada num local que, nas grandes enchentes, estaria exposta a inundações. O solo ficava cêrca de dois metros acima do nível do rio e tudo estava de acôrdo com uma habitação construída sôbre estacas, cujos cabeços ultrapassavam o terreno alguns pés. Êle recebeu-nos com a sua habitual cordialidade e, enquanto esperávamos pelo jantar, levou-nos ao alto do morro perto de sua casa. Fizemos o trajeto com alguma dificuldade; mas, chegados acima, fomos largamente compensados de nossa fadiga, pela magnificiência do panorama que dêsse lugar se desvendava até onde a vista podia alcançar. Munido de uma bússola azimutal, fizemos, imediatamente, o levantamento de muitos pontos importantíssimos para a nossa carta e que já havíamos observado de outros lugares. À nossa frente, desdobrava-se uma imensa planície que, de norte a sul, a perder de vista, estava coberta pela mata virgem, cujas côres ricas e variadas acompanhavam tôdas as ondulações do terreno.

“Passamos cêrca de meia hora, a admirar essa bela cena da natureza, dirigindo-nos depois para a casa do coronel, onde encontramos o jantar na mesa, e mais alguns convivas. Após uma abundante refeição, despedimo-nos do nosso hospedeiro e penetramos na floresta, subindo o Itajaí-Mirim, do qual levantamos tôdas as sinuosidades e profundidades. Achamos des-

necessário transcrever a minuta, que, aliás, é idêntica ao modelo adotado para o levantamento do Itajaí-Grande.

“Nada mais pitoresco nem mais encantador do que a viagem por esse rio. A luxuriante vegetação que cobria as margens e a que o sol esplêndido do Brasil emprestava um encanto desconhecido das regiões européias; as águas tranquilas do rio; a velocidade da nossa pequena embarcação, que, ao menor impulso, deslizava, graciosamente, pela superfície líquida; a variedade de pássaros que existiam nessas florestas e que, pela sua bela plumagem e pela diversidade de seu canto, davam vida a essa deliciosa solidão; — tudo isso emprestava o maior encanto à nossa excursão e, pesarosos, viamos a noite aproximar-se rapidamente, não obstante devêssemos prosseguir em nossa exploração, no dia seguinte.

“Às seis horas aportamos à margem direita do rio, onde se encontrava a última casa no rio Itajaí-Mirim. Manoel Custódio, seu proprietário, recebeu-nos da melhor maneira possível e ofereceu-nos tudo o que possuía; mas aceitamos, apenas, pernoitar em seu engenho de farinha de mandioca. Sua fazenda era muito bem organizada; à margem do rio ficava uma serraria manual; mais para trás, numa elevação do terreno, sua casa circundada de alguns cafêzeiros, laranjeiras e algodoeiros, uma bela roça de mandioca, outra de milho e feijão, de cana-de-açúcar e de arroz, e no fundo, a mata virgem, da qual uns trinta hectares tinham sido abatidos e queimados, e que se alargava em hemicírculo, ao redor da casa.

“No dia seguinte, levamos a nossa exploração até ao Taboleiro, já muito além das terras devolutas da Coroa. 3) E como as particularidades topográficas e hidrográficas, assim como a natureza do solo e da vegetação, continuavam a ser as mesmas, e, por outro lado, precisássemos ainda de oito dias, no dizer dos nossos guias, para atingir o salto, resolvemos descer o rio, tendo empregado, nessa exploração, mais tempo do que nos era permitido. Assim, pois, retornamos à freguesia (de Itajaí), onde, favorecidos pela correnteza, chegamos na mesma tarde.”

Por aí se tem uma idéia de como Alves Ramos empregava o seu tempo e quão justa é a tradição que deixou de homem prestativo, cavalheiresco em todo sentido.

Do retrato que nos deixou o biógrafo, várias vezes citado, vê-se que essa distinção, essas maneiras delicadas, Alves Ramos mantinha até no vestir e no trato quotidiano com os seus domésticos e os seus amigos.

Segundo J. M. Rodrigues, o coronel usava, seguidamente, calças e coletes brancos e sobrecasaca militar, ou preta. A esposa, D. Ana, por sua vez, não lhe ficava atrás nos modos e na bondade. Andava sempre muito limpa e bem arrumada no seu vestido de linho branco e lenço de cambraia à cabeça. Contrastava com o marido no físico. Ele era de estatura pouco acima de média, obeso, e ela magra.

“Foi o coronel um homem de muito respeito e consideração, verdadeiro político na extensão da palavra, serviçal, protetor e amigo verdadeiro das pessoas de sua intimidade, com as quais desabafava, em segredo, os seus desgostos, e reservadamente, no interior de sua casa. Foi o civilizador do povo daquela localidade: nada se fazia sem indicação e consulta dele. Era bom médico; a pobreza, ele tratava com especial agrado e liberalidade, mor-

mente sua mulher, que, na verdade, parecia uma santa mulher; não usava modas e nem se enfeitava com fitas e veludos e outros adornos. Eram ambos muito bonitos e ainda mesmo quando velhos. Tratavam-se com todo acatamento, pareciam dois irmãos”.

Temos que não se poderia traçar retrato mais perfeito de Alves Ramos. Nessas poucas palavras o seu biógrafo disse tudo.

- 1) — “De la Colonisation au Brésil — Momoire historique, descriptive, statistique et comerciale sur la province de Sainte Catherine — Bruxelles, à la Librairie Polytechnique de Aug. Decq.-1843”, em tradução de Henrique Fontes e Carlos da Costa Pereira, apud “Blumenau em Cadernos”, tomo II, pag. 41 e seg.)
- 2) — Deve ser Vanzuit, ou Van Zuit, de família que ainda conta muitos representantes na Bacia do Itajaí. Sabe-se que um dêles era agregado de Alves Ramos. Um Antônio Jacques Wanzuit era ajudante de demarcador oficial em Itajaí em 1844.
- 3) — Vide o mapa que ilustra êste trabalho. As terras da Coroa, no Itajaí-Mirim, eram as que Vasconcelos de Drumond deveria colonizar.

IX

Por ocasião da visita de Ss. Magestades, o imperador D. Pedro II e D. Tereza Cristina, a Santa Catarina, em 1845, várias personalidades de destaque na vida social, política e administrativa da província, foram condecoradas com insígnias das ordens honoríficas do Império.

Entre elas, estava o coronel Agostinho Alves Ramos, comandante do 7º. Batalhão da Guarda Nacional, que mereceu a comenda da Ordem de Cristo, no grau de Cavaleiro, pelos assinalados serviços prestados à causa do engrandecimento material, moral e intelectual da província, especialmente da zona banhada pelo Itajaí.

O ato de condecoração, realizado a 3 de novembro d'aquêle ano, revestiu-se de grande brilhantismo, congregados que se achavam em Destêrro os elementos de maior relêvo de tôda a costa catarinense e de Lages, que vieram prestar suas homenagens e seus respeitos aos soberanos visitantes.

Foi um justo e merecido prêmio a quem tanto se desvelara pela terra e pela gente de um distrito que êle, praticamente, civilizara, arrancando-o do estado quase selvagem em que jazia, com a sua meia dúzia de destemidos povoadores que a trabalhavam com enormes dificuldades, para transformá-la em rica e promissora fonte de abundância e bem estar.

Nesse meio tempo, Van Lede, o engenheiro belga citado páginas atrás, deslumbrado, também, pela magnificência da natureza do Vale do Itajaí-Mirim, pensou em estabelecer ali uma colônia de patricios seus, dentro dos planos que concebera, e no interêsse de cuja realização êle percorria e explorava o território da província, deixando-nos, do seu trabalho, valioso acêrvo de informações, registradas em livro hoje raríssimo.

Os planos de Van Lede, além de técnicamente bem estudados e demoradamente preparados, assentavam em bases humanitárias e patrióticas.

Queria êle, como Blumenau aos alemães, dar aos seus patrícios, nesta parte do Atlântico, a abundância, a paz, a tranquilidade que lhes escasseavam na pátria européia.

No livro de que trasladamos alguns trechos para êste trabalho, Van Lede, ao descansar em casa de um colono alemão, já estabelecido às margens do Itajaí, um certo Nicolai, abaixo de Belchior, faz uma série de considerações que traduzem bem o intuito com que se sacrificava numa tarefa árdua e dispendiosa.

“O asseio de sua casa, — narra Van Lede — os seus instrumentos agrícolas, a abundante provisão que ali havia, a abundância e a felicidade de que êle e os seus parecia gozarem, levaram a lembrar-nos da Bélgica e fizeram compreender-os a importância da empresa que tínhamos de levar a têrmo. Não podemos esquivar-nos de comparar a miséria dos nossos com a abundância dessa família alemã, como êles, ainda há pouco tempo, vivendo em privações e, hoje, tão felizes. Quantos dos nossos desafortunados compatriotas poderão encontrar situação semelhante, em troca de sua atual miséria, se mão segura vier oferecer-lhes os adiantamentos necessários para se transportarem para aqui, e quão gratos não ficarão êles aos que lhes fizerem êsse pequeno sacrificio, êsses modestos adiantamentos de que poderão ter necessidade! 1).

Nesse propósito, naturalmente aconselhado por Alves Ramos, Van Lede requereu ao govêrno da província, a concessão de uma área de “duas léguas em quadro, no lugar denominado Morretes, acima do Taboleiro, no Itajaí-Mirim, para formar um distrito de colônia agrícola, com colonos europeus.”

Não foi feliz nessa tentativa, pois a pretensão foi impugnada pelo Capitão Domingos Luís do Livramento e pelo delegado de Itajaí, em virtude de cujas elegações a Câmara deu parecer contrário à concessão, em 15 de julho de 1845.

Mais tarde, o engenheiro belga adquiriria de José Henrique Flores grande extensão de terras, onde fundaria um estabelecimento, sob a denominação de «Colônia Belga», que é, hoje, a cidade e município de Ilhota. 2)

Em 1850 a 1851, Alves Ramos voltou, como deputado, à Assembléia Provincial.

O pêso dos anos e das canseiras, porém, haviam-lhe amortecido o ânimo e êle já não era mais o mesmo lutador entusiasta e abnegado, presente sempre, onde quer que estivessem em jôgo o desenvolvimento da comuna, o bem-estar dos seus moradores, os interesses materiais e morais da província.

A 26 de janeiro de 1850, sofreu profundo golpe, que acabou por mergulhá-lo em tristeza e desânimo, no desinterêsse quase completo pelas coisas da vida.

Morreu-lhe, nesse dia, dona Ana, a companheira dedicada de muitos anos, que compartilhara das suas dores e das suas alegrias, das suas vitórias e dos seus insucessos, sempre com o mesmo ânimo paciente e corajoso, sacrificando-se para não ver outros prejudicados, sofrendo para mitigar as mágoas alheias.

Foi sepultada no dia seguinte, pranteada pela unânimidade da freguesia e do distrito, por todos chorada e abençoada.

Faleceu sem deixar herdeiros. Possuía, entretanto, além da meação, bens em sua terra natal, — herança de seus pais.

J. da Costa Rodrigues, que era advogado provisionado, a pedido de Alves Ramos, que lhe outorgou procuração, tratou de entrar em acôrdo com os parentes da extinta em Portugal e, por intermédio do procurador dos mesmos no Rio de Janeiro, J. Barreto de Noronha, conseguiu levar a bom têrmo as negociações, ficando o viúvo, Alves Ramos, com todos os bens do casal no Brasil, desistindo, a favor dos herdeiros de D. Ana, de todos os direitos sôbre os bens da mesma em Portugal.

O desaparecimento da companheira querida, deixou Agostinho mergulhado em profunda melancolia, Passou a descuidar-se dos negócios e da política. Pretendeu até mudar-se de Itajaí para Pôrto Belo, a fim de ficar longe de tudo quanto lhe despertasse recordações da mulher que tanto o auxiliara a suportar as agruras da vida e participara ativamente dos seus aborrecimentos e das suas alegrias. Chegou, mesmo, a ir a Pôrto Belo, a fim de propor ao rábula Costa Rodrigues, que afinal veio a ser o seu biógrafo, a troca dos seus bens em Itajaí pelos que aquêlle possuía na Enseada das Garoupas, casas, terras, olaria etc.

O negócio, entretanto, não se realizou.

Já por êsse tempo, as margens do grande Itajaí haviam sido visitadas por Hermann Blumenau e Fernando Hackradt que, associados, haviam obtido do govêrno provincial um terreno de uma légua em quadro, às margens dos ribeirões Garcia e da Velha, onde se estabeleceu a sede da Colônia Blumenau.

Para um perfeito serviço de recepção e instalação dos imigrantes destinados ao estabelecimento do filósofo alemão, fazia-se necessário que, no pôrto de Itajaí, local de acôsto dos navios que os transportassem da Europa, se construísse um alojamento, onde os mesmos colonos, depois do necessário descanso, se movimentassem rio acima, por mais dois dias de viagem, em canoas e balsas, até o local em que seriam, definitivamente, instalados.

Blumenau e Hackradt entraram em entendimentos com Alves Ramos e adquiriram dêste, não só o terreno situado na confluência do Itajaí-Mirim, como outras terras e casas e a fazenda do Ribeirão da Conceição, tendo-lhe sido paga a metade do preço em dinheiro contado e outra metade em oito letras de câmbio, vencíveis de seis em seis meses e que Alves Ramos descontou imediatamente, com apreciável redução, com Tomas Correia Feijó, capitalista em Pôrto Belo.

O seu estado de saúde continuava se agravando e êle sentia próximo o seu fim. Recusou novos oferecimentos para que se reelegesse deputado provincial, indicando e apoiando a reeleição de Costa Rodrigues.

Estava, efetivamente, no ocaso de sua longa e proveitosa existência.

1) — Van Lede — Obra e tradução citadas. Van Lede enganou-se nas previsões só-

bre a gratidão dos colonos. Para êle, a vinda de imigrantes belgas para a colônia que fundou foi motivo de aborrecimentos e ingratidões sem conta.

- 2) — Veja-se em «A Colonização do Vale do Itajaí», de J. Ferreira da Silva, maiores detalhes sôbre a fundação de Ilhota.

X

Mal decorrido um semestre de se ter Agostinho Alves Ramos desfeito da maior parte de seus imóveis, foi êle vítima de uma apoplexia.

Chamado, acorreu imediatamente o cirurgião de Camboriú, Claudino Pacheco, que lhe prestou os primeiros socorros, conseguindo reanimá-lo e pô-lo fora de perigo imediato.

Compreendendo, entretanto, a gravidade do seu estado, Alves Ramos pensou logo em ultimar as providências para a regularização de todos os seus negócios e em fazer o seu testamento.

Aproveitando uma visita do rábula Costa Rodrigues, com alguns amigos de Pôrto Belo, o enfêrmo mandou buscar o escrivão de paz para que redigisse e desse forma jurídica às suas últimas disposições.

Costa Rodrigues conta que, quando chegou à casa de Alves Ramos, êste "estava sentado em uma cadeira, com um pequeno cofre com papéis, e junto dêle Luís Demoro (italiano). Disse o coronel: — Amanhã acabaremos as nossas contas — Fechou o cofre e o mandou guardar."

Segundo ainda êsse biógrafo, pessoas interessadas, entre os quais autoridades da freguesia e do município, procuraram e impediram, mesmo, que Alves Ramos consumasse o seu propósito. Mal o escrivão, que era José Miranda, começara a lançar em suas notas as primeiras palavras do testamento, do qual Costa Rodrigues deveria ser o executor e testamenteiro, alguém acenou ao Escrivão, chamando-o para fora da casa. Voltou momentos depois, dizendo ao enfêrmo que não poderia prosseguir no ato, senão com a presença de cinco testemunhas, que êle iria buscar. Saiu e não mais regressou naquele dia.

Aconteceu que, no dia imediato, submetendo-se a uma sangria pelo doutor Pedro Pletting, que clinicava em Pôrto Belo e viera a Itajaí para examinar o doente. Alves Ramos sofreu novo ataque, perdendo a fala.

Passou em estado de inconsciência todo aquêle dia e, no dia seguinte, foi submetido à nova sangria, sem qualquer resultado benéfico.

Era o dia 16 de julho de 1853. Pelas cinco horas da tarde, Agostinho Alves Ramos expirou serenamente, assistido pelo médico belga e por amigos dedicados.

A fim de que não expuséssemos juízos que pudessem não encontrar fundamento na realidade dos fatos, visto como não foi dado analisar êstes últimos à luz de documentos fidedignos, vamos copiar, *ipsis literis*, o que C. Rodrigues escreveu, em suas memórias, sôbre o passamento de A. Ramos:

"Não havia nada em casa; apenas a merqueza na saleta onde estava o cadáver e um caixão velho, com alguns papéis oficiais e alguns livros velhos, que foram de frei Pedro. 1) As próprias medalhas desapareceram e êle foi sepultado sem elas. O major João Correia Rebelo, que exercia o cargo de juiz municipal, e seu escrivão, o Major Antônio Ramos Martins, com

uma catrefada de Pôrto Belo, não se demoraram, comparecendo logo. 2) Fizeram queimar quantos papéis descobriram. arremataram a casa e algumas coisas de que tiveram notícia existirem em poder de algumas pessoas pobres e consenciosas; foi, pois, o coronel Agostinho Alves Ramos enterrado como um homem que nada possuía. Algumas pessoas, que eram pobres, se tornaram ricas; até um velho de nome . . . 3), que era criado do coronel, comprou uma fazenda no rio Gaspar-de-Baixo, onde passou o resto da vida comendo, bebendo, e vestido do bom e do melhor. Advinhe quem souber decifrar êsses enigmas do passado, e que se repetem no presente."

Assim se apagou a existência material dêsse benemérito brasileiro que deu a maior e a melhor parte de sua vida a Itajaí.

Organizando e orientando as origens do povoamento, sendo fator preponderante da criação do curato do S. S. Sacramento do Itajaí e da ordenação da vida espiritual do distrito, conseguiu pelo seu esforço e extraordinária dedicação, elevá-lo à freguesia, centro de uma região próspera, transformada, pelo seu trabalho patriótico, em apreciável fonte de riquezas para a nação. E levou-o, dono já de poderoso acêrvo de conquistas nos mais variados ramos das atividades humanas, ao limiar de completa emancipação político-administrativa, que se verificou seis anos depois, e que abriu as portas à magnífica realidade, seu justo orgulho na hora presente.

Glória a êsse incansável batalhador, artífice da grandeza de Itajaí, expressão gloriosa do seu progresso material e da sua cultura intelectual!

-
- 1) — É possível que, entre êsses livros, estivessem os primeiros de assentamento de batismo, casamentos e óbitos do curato de Itajaí, que não se encontram no arquivo de Cúria Metropolitana e são dados como perdidos.
 - 2) — Tendo Alves Ramos falecido sem herdeiros necessários e sem testamento, os bens móveis e imóveis passariam ao Estado. Daí a presença das autoridades na casa do defunto.
 - 3) — Julgamos de melhor aviso não publicar o nome indicado, por existirem descendentes vivos em Itajaí e mesmo porque a omissão em nada altera os fatos narrados.

— BLUMENAU EM CADERNOS —

Fundação e direção de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

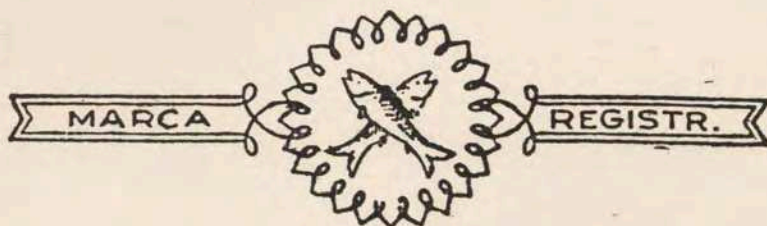
— Assinaturas: por Tomo (12 números) NCr.\$ 2,00 —

Redação e Administração: Alamêda Duque de Caxias, 64

Caixa Postal, 425 — BLUMENAU — Santa Catarina - Brasil

INDÚSTRIA TÊXTIL
Companhia Hering

BLUMENAU - SANTA CATARINA - BRASIL
RUA HERMANN HERING, 1790 — CAIXA POSTAL Nº 2
TELEGR.: «TRICOT»



Fábrica de:

ARTEFATOS DE MALHAS

FUNDADA EM 1880

CONTRIBUINDO PARA A
GRANDEZA DO BRASIL
EM SEU COMÉRCIO
E INDÚSTRIA



PEÇAS GENUÍNAS

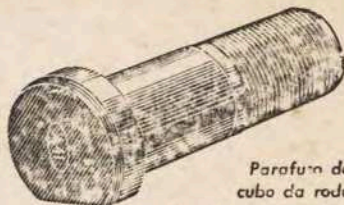


*Pino da
Manga do Eixo*

COM A GARANTIA DA **MERCEDES-BENZ**

Para seu caminhão, exija sempre peças que tenham fundida a estrêla de 3 pontos. A Mercedes-Benz do Brasil se responsabiliza inteiramente pela qualidade dessas peças!

Tôda peça com a marca fundida e numerada em código já passou por nossos laboratórios e é aprovada. Sem isto, é peça fraca, não serve. Para sua garantia, só compre peças com a marca Mercedes-Benz!



*Parafuso do
cubo da roda*

Procure peças **MERCEDES-BENZ** legítimas.
Concessionário Autorizado

Companhia Comercial SCHRADER

RUA 15 DE NOVEMBRO. 117

☐ [CAIXA POSTAL, 4 — End. Telegráf.co: «CIASCHRADER»

BLUMENAU — SANTA CATARINA

cin 137-14